



Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização
nos Países de Língua Portuguesa
ISSN: 1980-7686
suporte@mocambras.org
Universidade de São Paulo
Brasil

COSTA, Claudia Silvana da; Bueno CASSEB, Maria José
Modernidade X tradição, a questão dos rituais no processo de cura em Moçambique - ensaio
Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, vol. IV, núm. 7,
septiembre-febrero, 2010, pp. 134-153
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87913726010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Modernidade X tradição, a questão dos rituais no processo de cura em Moçambique – ensaio.

Modernity X tradition, the question of rituals in the process of illness's cure in Mozambique – essay.

Modernité X Tradition, la question des rituels de guérison au Mozambique – test

Prof^a. Ms. Claudia Silvana da **COSTA**
Prof^a. Dra. Maria José Bueno **CASSEB**

RESUMO

Este artigo se vincula a investigar o processo de modernização versus tradição, através do emprego de rituais na busca do processo de cura em Moçambique (África). Além disso, busca mapear a situação de alternativas de cura para doenças em Moçambique e mostrar a importância dos curandeiros neste processo.

Palavras-chave. Ritual; Cura; Moçambique.

ABSTRACT

This article tries to investigate the modernizing process against tradition's, through the ritual's performances in search for the illness's cure in Mozambique - Africa. Beyond that, it seeks to make a map of the situation for cure alternatives to these pathologies used in Mozambique and also to show the importance of the shamans in this process.

Index terms: Ritual; Cure; Mozambique.

RESUME

Cet article est tenu d'enquêter le processus "modernisation / tradition", grâce à l'utilisation de rituels dans le processus de recherche de la guérison au Mozambique (Afrique). En outre, cherche d'autres solutions

pour guérir les maladies au Mozambique et à montrer l'importance des guérisseurs dans ce processus.

Mots-Clés: Rituel, Guérison, Mozambique.

Introdução

Escrever um artigo sobre qualquer que seja o tema atual ligado a Moçambique é o mesmo desafio de tentar transformar o diferente em familiar e este em diferente, uma vez que o respeito à alteridade nos leva a reconhecer que cada povo fez e faz a sua própria escolha cultural. E isso se deve a uma série de fatores, como, por exemplo, aqueles relacionados à sua própria especificidade histórica e cultural, embora o país não seja um caso único do Continente Africano.

Trata-se de um dos países africanos de fronteiras mais amplas, principalmente no leste; ao divisar com o Oceano Índico, sua capital Maputo (antiga Lourenço Marques), é um tanto descentralizada e encostada na fronteira com a África do Sul, país com o qual mantém as mais diversas relações.

Além do exposto, percebemos ser necessária acurada seriedade e sensibilidade no tratamento de temáticas africanas, inclusive trabalhar dentro do que a Antropologia chama de *relativismo cultural*, o que nos levou a optar por um ensaio.

A questão da modernidade

O capitalismo, como modo de produção internacional e processo de amplas proporções, torna-se, a partir do século XX, global, causando influência em todas as formas de organização do trabalho e da vida social. Esse processo que passa a ser simultaneamente social, econômico, político e cultural, recria uma nova sociedade que está sempre em movimento.

De acordo com Ianni (1996), há uma globalização de coisas, gentes e idéias, modificando os quadros sociais e mentais de referência, construindo-se uma racionalidade única, onde tudo que é regional e nacional revela-se como integrante de um todo global. Há uma modificação e fragmentação das noções de espaço e tempo, do pensado e do pensamento, da realidade e da virtualidade, do todo e das partes. Dissolvem-se os modos de ser sedimentados e formas de pensamento cristalizadas, inaugurando-se novas formas de narrativa e uma ilusão de identidade. Neste universo de globalização presente na modernidade, faz-se presente o universo da fragmentação, no qual a história é substituída pelo efêmero, pela imagem do instante e pelo lugar fugidio.

Assim, o paradigma da modernidade, que se reduz ao desenvolvimento capitalista e que supõe ter a natureza sob controle através de um sistema perito cada vez mais capacitado na competência técnica para compreender e controlar os fenômenos do mundo, bem como traduzi-los como modernidade, é segundo Giddens (2002) “um mundo em disparada”, não apenas no âmbito social, mas na própria amplitude e profundidade com que afeta as relações e práticas sociais, além dos modos de comportamentos tradicionais, cujas sociedades e culturas tiveram que se adaptar e se situar com o dinamismo da modernidade. Esse mundo moderno, cuja globalização desenvolve laços genuinamente mundiais, ao mesmo tempo em que se desvincula do passado e das amarras das tradições, depara-se também com os riscos deletérios deste processo, dentre os quais o surgimento de novas doenças, das fragilidades das identidades, do policulturalismo e da dinâmica imposta pelo ritmo do tempo.

Neste sentido, a modernidade, cuja prática globalizante se dá através da interseção entre presença e ausência, bem como do entrelaçamento de eventos e relações sociais, através da adoção de novas maneiras de se comportar e de relações cotidianas cada vez mais supérfluas e desprendidas do passado, provoca também um sistema de desencaixe, à medida que a

sociedade moderna, que possui uma diversidade tecnológica de profissionais cada vez mais capacitados e especializados, e ainda novos processos de tratamentos e medicamentos dispostos no mercado de consumo, depara-se com a ineficácia dos processos de cura em relação às novas doenças trazidas pela modernidade, provocando assim um resgate à tradição, como atualmente ocorre em Moçambique na África, cuja população busca em antigos rituais sagrados, em suas simbologias e crenças, novos recursos no processo de cura de doenças, como ocorre no caso da AIDS/SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

O aumento de portadores da AIDS, mais conhecida como SIDA em Moçambique, aliado a uma realidade de escassez de médicos e profissionais da área da saúde, presencia um constante crescimento no número de curandeiros e na realização de rituais, sendo que, de acordo com as últimas estimativas do governo, o número de curandeiros ultrapassa o de setenta mil pessoas em todo o país. Assim, torna-se surpreendente que, em pleno século XXI, após Moçambique ter passado por um período de colonização portuguesa e pelo socialismo da pós-independência, que os curandeiros ou *vanyangas*, como também são chamados, tanto os anunciados nos jornais/revistas locais como os divulgados nos manuais de orientação de saúde populacional distribuídos em todo o país, sejam vistos como a principal fonte e alternativa de cura de doenças ainda não solucionadas pela medicina tradicional ou pelos profissionais especializados na área da saúde¹.

Nessa perspectiva, o curandeiro, que representa o interlocutor entre o doente (*nyanga*) e o ser superior sagrado, é dotado de todo um simbolismo, além da extrema credibilidade, fazendo com que a maioria dos moçambicanos doentes o procure ao invés dos profissionais da saúde, adotando como correta a prática de rituais sagrados, que variam desde a adivinhação até a manipulação de ervas e a purificação através de banhos,

¹ Informações obtidas através da Profa. Dra. Nilce da Silva, a qual realizou visita técnica à Maputo capital de Moçambique (África), no mês de abril de 2008.

abluções e sacrifícios com meninas virgens ou animais sagrados, para a obtenção da cura. Assim, o curandeiro, mais que os médicos ou qualquer outro profissional especializado, é aquele que detém um papel de fundamental e extrema importância na sociedade moçambicana, à medida que determina quando e por quem a doença pode ser curada, seja através do ritual ou da medicina tradicional, sendo então, a peça determinante na busca da cura das patologias modernas.

Rituais como formas de reprodução simbólica

A reprodução simbólica que se dá através dos rituais, surge como um meio de neutralização de ameaça ao que se considera estranho, daquilo que é novo, mas que para muitos parece ainda ineficaz diante do desespero e despreparo para se enfrentar a nova realidade que se posiciona no mundo. Desta maneira, o retorno à tradição, através da utilização do simbolismo dos rituais de cura, formado pela linguagem, pelos gestos, objetos, emoções e pessoas determinadas, adquire um poder misterioso de ligar o humano e o sagrado.

Para Marilena Chauí (1994), o sagrado pode ser considerado como experiência da presença de uma potência ou de uma força sobrenatural que habita algum ser – planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo. Essa potência é tanto um poder que pertence própria e definitivamente a um determinado ser, quanto algo que ele pode possuir e perder, não ter e adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade de alguns sobre outros, do poderio de alguns sobre outros, da superioridade e poder sentidos como espantosos, misteriosos, desejados e temidos.

Neste contexto, o sagrado produz o próprio encantamento com o mundo, o qual havia se desencantado diante da nova realidade que se coloca e da impossibilidade momentânea da cura das novas patologias modernas,

diminuindo deste modo, o distanciamento entre o homem e a divindade, à medida que suas necessidades e essencialidades são ouvidas e atendidas pelas forças sobrenaturais que agem magicamente nos indivíduos.

Assim, os rituais de cura, que ocorrem através da repetição minuciosa e perfeita do rito e do processo de transe em curandeiros, profetas, magos, astrólogos, videntes, xamãs, sacerdotes, pajés ou pessoas dotadas de poderes especiais em determinadas comunidades, têm como propósito trazer o sagrado, também conhecido por *mana* ou por *ntu*, nome dado na África, até o indivíduo doente e anunciar a vontade divina, que pode ser a dádiva da cura ou a própria morte daquele que está convalescido; bem como representam uma verdadeira aliança entre o doente e o ser superior/sagrado, através da realização de um processo de troca, no qual o doente oferece algo significativo para a divindade, que pode ser um objeto, uma dança, um animal, um filho ou um bem de extremo valor simbólico, em troca espera receber a cura de sua enfermidade.

Os rituais representam independentemente da categoria social e econômica do doente, visto que se encontra acessível a todos os cidadãos, o principal e mais importante veículo de troca dos fluidos espirituais, que transparecem como um bálsamo salutar para aquele que se encontra acometido por algum tipo de patologia, pois atrai as dores do individuo convalescido para as forças sagradas e o entrelaça mentalmente pela fé com o ser superior, dando-lhe sempre uma resposta, seja através da revitalização de seu corpo, da edificação de suas esperanças em relação à cura de suas enfermidades ou, até mesmo, da própria obtenção da cura.

O ritual, mais do que uma súplica do doente ao ser superior, estabelece uma verdadeira prece, cujo momento da comunhão com o sagrado se dá através do sacrifício do doador à divindade em busca de sua salvação, torna-se um momento único e de poderosa magia, cuja linguagem humana jamais poderá exprimir corretamente mediante sensação de magnitude e cumplicidade.

Segundo Santo Agostinho (1861), o momento da prece ou do ritual sagrado torna-se único ao indivíduo, à medida que ao:

(...) Marchai, marchai pelos caminhos da prece, e ouvires a voz dos Anjos! Que harmonia! Não são mais os ruídos confusos e as vozes gritantes da Terra. São as liras dos Arcanjos, as vozes doces e meigas dos Serafins, mais leves que as brisas da manhã, quando brincam nas ramagens dos vossos arvoredos. Com que alegria então marchais! Vossa linguagem terrena não poderá exprimir jamais essa ventura, que vos impregna por todos os poros, tão viva e refrescante é a fonte em que bebemos através da prece (AGOSTINHO, S. *Ventura da Prece*. Paris, 1861. apud KARDEC, A. 1993, p.315).

Neste sentido, o simbolismo presente na realização de uma prece ou de um ritual sagrado, permite ao indivíduo encontrar valores essenciais e necessários para a sua própria organização e reconstrução na sociedade em que vive que, por sua vez, encontrava-se corrompida pelos ideais da modernidade.

De acordo com Cassirer (1987), o simbolismo do sagrado permite o acesso a um mundo especificamente humano, ao mundo da cultura, a qual não se define em uma ciência interpretativa, que busca um significado propriamente dito, mas que busca e se define como a própria substância da sociedade, e desta maneira, sem a presença do simbolismo e dos significados, a vida humana ficaria encerrada dentro dos limites de suas necessidades biológicas e de seus interesses práticos; não encontraria acesso a um “mundo ideal” e não teria qualquer sentido.

Rituais e seus significados

O retorno à tradição, através da utilização de rituais simbólicos na era moderna, considerado como um meio de cura da AIDS ou SIDA como ocorre em Moçambique, significa o próprio resgate e consolidação do *habitus* social, que segundo Bourdieu (1989) torna-se essencial no processo de identidade de um povo, visto que o *habitus* do indivíduo traduz a identidade do grupo no exercício de seu cotidiano, calcado no ajustamento com o território, bem como consistem no conhecimento adquirido e num *haver*, num capital de disposições duráveis e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, e num *continuum*, cuja identidade e lugar se auto-ajustam.

Neste sentido, quanto mais à tradição perde terreno, e quanto mais se reconstitui a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos se vêem forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades oferecidas pela era moderna. Segundo Giddens (1991), a modernidade, que por sua vez, é inseparável dos sistemas abstratos que propiciam o desencaixe das relações sociais através do tempo e do espaço, onde os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles, tem como contraposição a tradição social, à medida que quanto mais diretamente o modo de vida de um grupo, através de sua forma de moradia, atividade econômica, crenças e rituais, enfim, quanto mais o *habitus* estiver consolidado, mais difícil se torna à aceitação de ruptura e da mudança social provocadas pela era moderna, o que se torna essencial no processo de identificação de um povo.

Através do resgate à tradição social, que se dá através do retorno às práticas costumeiras originais de determinadas comunidades locais, seja em Moçambique ou em qualquer outro lugar do mundo, se coloca em questionamento ou em “xeque” a própria condição da modernidade, cuja característica fundamental é a evaporação da grande *narrative*, ou seja, do “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como

seres portadores de um passado definitivo e um futuro previsível (1991), como portadores de uma identidade.

Segundo Castells (1999), não há conhecimento na história de “um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida”, à medida que se entende por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Desta forma, toda identidade é construída, sendo que a matéria prima é fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço.

Notas históricas

No sentido de melhor compreendermos os aspectos e escolhas culturais, bem como o próprio processo de formação identitária da sociedade moçambicana, abordamos aqui suas especificidades históricas e culturais, transformando o diferente em familiar.

Sabe-se que as notícias de contatos de estrangeiros na região de Moçambique são um tanto quanto remotas, devido à proximidade com a Ásia e ao favorecimento das monções, cujos contatos se davam com povos da África saariana e subsaariana, os árabes, que estavam interessados em produtos como o ouro, escravos, marfim, sal, cobre, âmbar e ferro. Este último foi um tanto comercializado em Sofala pelos árabes que o revendiam na Índia e daí o passava para a Arábia, local em que eram elaboradas as famosas espadas de Damasco que, por sua vez, eram comercializadas em Andaluzia e Toledo, traçadas por Giordani (1985).

Sofala é descrita com certo cosmopolitismo, conhecida pela recepção calorosa aos visitantes, notadamente, os emissários de comércio e

diplomatas e temos a impressão que essa civilização não sofrera sérias interrupções até a chegada dos portugueses, segundo o autor acima referido.

Assim que Vasco da Gama alcança essa região da África, ela se tornou ponto de escala obrigatória para o Oriente, devido à sua posição geográfica, favorecida pelas monções, a partir de meados desse século, ocorreu a penetração do território, com expedições em busca do ouro e, no final do século XVII, é que a metrópole portuguesa fundou a Companhia de Comércio de Moçambique, a qual articulou o comércio de ouro, marfim e escravos, parte deles destinada à sua colônia na América, ou seja, ao Brasil (GIORDANI, 1985)

O português que, durante séculos, ficou limitado ao litoral e ao Vale do Zambeze e, apenas durante a Primeira Guerra Mundial, 1942, é que Portugal passou a deter o controle de todo o país, ocasião em que um grupo minoritário recebera competências de soberania conferidas pelo Estado Português, identificado por civilizados (falavam e escreviam o português) e os demais, não o falavam e, muito menos o escreviam, lembrando que ainda se fala à língua autóctone *bantu* com seus vários dialetos. E, somente a população negra que mantinha contato com os colonizadores, possuía apenas conhecimentos orais da língua portuguesa².

Isso nos remete ao processo de assimilação, um tanto diferente do ocorrido no Brasil: lá a aculturação atingiu os que se encontravam mais próximos dos portugueses, ligados à burocracia estatal (minoria), enquanto que aqui tal processo foi abrangente.

Moçambique presenciou conflitos entre Portugal e Inglaterra pela posse de Lourenço Marques, desde o início da década de 1820 (fase do imperialismo) e até final desse século; conseguira certa autonomia em relação a Portugal em 1911, para perdê-la em 1926, após o golpe de Estado

² Para maiores informações consultar GONÇALVES, Perpétua. (dados para a) História da língua portuguesa em Moçambique. Disponível em: <http://www.institutocamoes.pt> Acesso em 17.05.2008.

do general Oscar Carmona, ao ser transformado em província ultramarina em meados do século XX, com sistema de governo representativo limitado³.

Todavia, entre 1932-1968, durante a ditadura de Salazar em Portugal, teriam saído do país milhares de braços ativos e mais de 800 mil foram submetidos ao trabalho forçado, o que representou uma defasagem significativa na economia local.

Percebe-se que os caminhos percorridos pelo processo de independência encontram-se vincados no próprio processo e descolonização afro-asiática, em meio à guerra fria, e ligada ao movimento de esquerda.

Entre 1960 e 1962, é fundada a União Democrática de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a qual fundiu três grupos Nacionalistas: o primeiro, cujos componentes eram oriundos de Tete, Gaza e Maputo, com visão mais ampla dos problemas do país; o segundo que reivindicava melhorias das condições dos residentes em Cabo Delgado e a UNAMI, formada por exilados da região de Tete que viviam em Malawi.

A própria história da FRELIMO, fundada por Eduardo Mondlane e que atuou nas lutas pela independência contra o domínio português, é majoritária até os dias atuais, apresenta uma história oficial: tornou-se partido único e com poder centralizado até 1990, ocasião em que Moçambique teve a oportunidade de participar de vários acordos de paz, possivelmente favorecidos pela institucionalização do pluripartidarismo no país.

A Frente de Libertação de Moçambique esteve alinhada à antiga Rússia e ao bloco do leste, sobretudo à Alemanha Oriental e seguia orientação marxista-leninista e que aos poucos foi abandonando essa ideologia, até renunciá-la por volta de 1989, de forma a manter relações

³ Há uma riqueza de informações nos volumes de História da África, publicadas nos volumes VI e VII, pela Ática em parceria com a UNESCO. Vide bibliografia.

consideradas privilegiadas com a União Soviética, ao mesmo tempo, se aproximava de potências ocidentais, das quais recebia apoio militar.

Com a independência, houve uma série de alterações no país, como a nacionalização das terras, desenvolvimento de sistemas de saúde e educação, o que fez diminuir a taxa de analfabetismo de 97% para 70%, bem diferente dos 3% possuía acesso à educação, no tempo em que era colônia portuguesa. Além disso, milhares de portugueses deixaram o país repentinamente, deixando para trás poucos moçambicanos com formação adequada, para reorganizar a nação recém-independente.

No final da década de 1970, iniciou a guerra civil que duraram longos dezesseis anos, quando a população ficara dividida entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), grupo armado anticomunista, o que teria contribuído para um retrocesso no desenvolvimento humano e econômico. O acordo de paz entre os dois só ocorreria em 1992, em Roma.

Não é de duvidar que a RENAMO (grupo de maior oposição ao governo) tenha sido criada, treinada e armada por agentes estrangeiros, o que foi comum na época da Guerra Fria, tanto em países latino-americanos, como em africanos e asiáticos, fossem eles alinhados ao bloco socialista ou capitalista.

Com a FRELIMO no poder, esta fez usou do idioma português como elemento unificador. Portanto, o mesmo seria ensinado nas escolas, uma forma de excluir a mentalidade tribal, para uma maioria que ainda vive no campo e onde a rede escolar era e é limitada, uma vez que oferece apenas cursos básicos de alfabetização, enquanto que os estudos secundários são fornecidos apenas nas capitais provinciais e, atualmente, algumas palavras em português, são traduzidas em língua autóctone. O artigo 10 da Constituição de 2004 acabou por oficializar a língua portuguesa, embora a mesma não seja falada e nem escrita pela maioria, segundo Gonçalves (2000).

Foi mantida como língua dos meios de comunicação, usada nas instituições estatais, autoridades, forças armadas e polícia. Apenas para ilustrar, a língua da imprensa, limitada em Maputo, é acessível exclusivamente aos leitores da capital e, apenas um diário de tiragem limitada é editado na Beira.

Há uma única Instituição de ensino Superior no país, a universidade Eduardo Mondlane, a qual possui um projeto de escolarização na língua nativa. Mas, os 70% da população continua analfabeta, o que equivale aproximadamente a 14 milhões de almas.

O longo período de colonialismo, renitente até o auge da guerra fria e caracterizada por divisões tribais, deixou marcas profundas no país e no povo, cuja opinião se divide, em relação aos tempos coloniais e pós-independência e, segundo Passador e Thomaz (2006), para parte da população, essa memória da dominação é lembrada pela segregação racial, por prisões freqüentes e abusivas, brancos envolvidos com o trabalho burocrático e negócios lucrativos; canecos, indianos católicos, monheses, indianos maometanos e baneanes, ligados ao comércio e chineses presentes no comércio e no controle das melhores áreas agrícolas de Lourenço Marques e da Beira. Há os que se referem ao reinado de Gungunhana, o *Leão de Gaza*, figura polêmica pelos instintos sanguinários, tanto para os imperialistas e para os nativos, pelas alianças com o poder branco, para se manter no poder em Gaza⁴.

Esses autores ainda se referem os relatos de pessoas que presenciaram no seu cotidiano, grupos de negros que passavam acorrentados com destino ao trabalho pesado nas ferrovias, na limpeza das vias públicas e no cultivo do algodão, até início da década de 1960, vêem vulnerabilidade

⁴ A historiografia tem tratado desse personagem de forma peculiar: a oficial o endeusa, enquanto a não oficial o vê como um oportunista que soube lidar com o colonizador e com nativo, de forma a obter as melhores vantagens pessoais. E a portuguesa-militar, mitifica a ação de seus membros na captura de Gungunhana, como por exemplo, Mouzinho de Albuquerque.

nesse passado carregado de tensões, devido à *raça* e a origem, mostrou no contexto da independência, momentos incertos para brancos e negros, pela violência que marcou as ações de ambos os lados, mas visualizavam a transformação do país.

Com Samora Machel no poder, tanto heróica quanto voluntariosa, deve haver moçambicanos que se lembram do fim da segregação racial, do socialismo, da falta de bens de consumo, mas também da presença de um aparato repressivo direcionado aos inimigos da ordem, situações essas que culminaram com a própria guerra civil, com detalhes para o repúdio a um governo de maioria negra e a perda de privilégios que podem ser traduzidos como uma inversão da ordem.

Alguns anos após a independência, Moçambique deparou com uma série de questões um tanto traumatizante, como por exemplo, a língua (questão de identidade nacional), a globalização e o HIV-SIDA, a qual se somariam às demais doenças, como a tuberculose, o paludismo, a lepra, as quais representam um gasto considerável para o Estado.

Para o país ser aceito em organizações internacionais, tais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, a fim de receber ajuda econômica, esses órgãos acabaram por alterar a política interna e externa, com as chamadas medidas de ajustamento social, prontas para garantir a balança comercial do país e sua capacidade para saldar dívidas, o que acontece em qualquer país nessas condições.

Não se pode deixar de mencionar as cheias de 2000/2001, que fizeram um número considerável de vítimas, afetassem também a já tão comprometida estrutura econômica. De lá para cá, um percentual de 71,2% da população rural e 62% da população urbana chegaram a níveis extremos, o da *pobreza absoluta*. Essa situação contribuiu para elevar o país a 170^a posição no ranking da pobreza, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), considerando que são 175 posições.

Memória do presente

Que lembranças restarão à população de Moçambique daqui a algumas décadas, se hoje alguém considerada velha, não possui mais do que cinqüenta anos?

Isso nos remete ao dizer de Halbwachs (apud Bosi, 1994), se *o velho tem a obrigação de lembrar e lembrar bem*, quem seria esse velho que guardaria as tradições e a história? Alguém reconhecido como um grande bem social e privilegiado justamente por sua experiência.

“Uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhum que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desgalhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado” (BOSI, 1994, p. 63-64).

Atualmente, seria possível admitir que muitos já teriam consciência de que o líder da Frelimo, E. Mondlane, Samora Machel e Gunguhana têm descendência na etnia changana, de Gaza e que a RENAMO, mesmo com minoria no poder, exerce controle de apenas cinco municípios, boicota eleições, continua ativa e, toda vez que ocorre eleições, vários incidentes de violência ocorrem entre seguidores desta e os da Frelimo?

Os dados disponíveis pelas organizações internacionais, como, por exemplo, a OMS (Organização Mundial da Saúde), são reveladores quanto aos esforços gastos com o desenvolvimento do país e a situação da

população atualmente, embora a ajuda externa atinja 100 milhões de dólares americanos/ano, está longe de ser suficiente, uma vez que a situação da maioria dos moçambicanos é um tanto precária, visto que o índice de pobreza continua extremamente alto (71,2%, na zona rural e 62% na zona urbana) e, conseqüentemente, a saúde não vai bem: a anemia atinge 74,7% das crianças e 48,2% das mães; a má nutrição crônica chega a 43,8% e a aguda 5,5%; o paludismo e a tuberculose ainda alcançam índices um tanto altos (segundo dados de 1997 atingem 60% da população).

O censo de 2005 revelou que a expectativa de vida era de 35,7 anos, entre os infectados pelo HIV-SIDA, em 1999 e hoje estaria por volta de 41,9 anos, havia 17.224 infectados e maior incidência entre 20 e 30 anos, sendo que o primeiro caso foi registrado em 1986.

O imperialismo da era globalizante também tem sido implacável no país, como atesta Catherine Mackenzie (2006): país produtor de gás natural, carvão, urânio, manganês, madeira, entre outros. O primeiro é extraído e vai para a África do Sul e retorna a preços maiores do que quando importava; minas de carvão têm sido adquiridas por empresas indianas, mas estas questionam dificuldades de exploração devido a problemas logísticos; a madeira é largamente exportada *in natura* para a China, um dos países que mais explora as riquezas de Moçambique e, embora os volumes sejam pequenos, o impacto na economia deste pobre país é considerável.

As empresas chinesas, ativas no país, não cumprem as *leis laboriais*, como são chamadas as leis trabalhistas locais, (a exemplo da empresa contratada para reforma de uma escola secundária na Província de Nampula), além de não cumprirem os contratos (quando estes existem), grandes números de trabalhadores vivem em condições abaixo do nível para qualquer ser humano: são alojadas em barracos vulneráveis ao sol e à chuva, ausências de água potável, sem nenhum tipo de banheiro, além de não receberem auxílio hospedagem e pagamento pelas horas extras, relativas ao trabalho aos sábados e domingos.

Dados fornecidos em 2004, pela EMBRAPA, mostram a precária produção de alimentos produzidos, na maioria, por mulheres, em situações rudimentares e confirmam a luta vivida no campo, devido às alterações climáticas entre períodos de cheias e secas.

Outro ponto que pode ser questionado é o fato da China, na atual fase de expansão, explorar riquezas de países onde grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza, como o caso da madeira nobre de Moçambique, e o fato da venda de móveis - que decorarão as residências milionárias de países que lhe prestam ajuda humanitária, e até fazem parte de instituições como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os quais lhe emprestam dinheiro.

Paralelamente, percebe-se a existência de uma considerável exclusão social relacionada com a compreensão da língua oficial (língua essa que deveria ser fator de identidade nacional), uma vez que não é absorvido por um percentual significativo da população, o que impede a conscientização do indivíduo como motor da transformação social, visto que é incapaz de racionalizar informações, de se comunicar, de exprimir pensamentos, de questionar e até de compreender conteúdos contidos numa simples cartilha ou manual de prevenção de doenças infecto contagiosas, a exemplo do que é distribuído à população⁵, o que não quer dizer que o povo moçambicano seja inferior a outros que dominam uma determinada língua.

Considerações Finais

A construção da identidade coletiva torna-se, assim, a grande medida para os determinantes do conteúdo simbólico da identidade, bem como de

⁵N'WETI. "HIV SIDA. Saiba Mais... Viva Mais". Moçambique: DFID, 2005. A Revista N'WETI, desenvolvida pela N'WETI (Programa de Desenvolvimento Comunitário em Moçambique) faz parte de um projeto regional para saúde, sendo que o acesso à revista se deve à visita técnica realizada a cidade de Maputo (Moçambique) pela Prof^a. Dra. Nilce da Silva, em abril de 2008.

seu significado para aqueles que com ela se identificam, podendo ser considerado como sujeito, o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal e de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual e coletiva. Neste caso, o processo de construção de identidade consiste na integração da tradição e da transformação da sociedade, para que o *habitus* prevaleça e para que o indivíduo possa ser visto enquanto sujeito.

O retorno à tradição, através da busca aos curandeiros e da realização de rituais sagrados pelos moçambicanos, nada mais é que a consolidação do próprio *habitus* desta sociedade, que apesar das comodidades e tecnologias proporcionadas pela era moderna, continua atrelada ao passado, mantendo nítida e constante a identidade de seu povo. A inclusão dos curandeiros, como alternativas de cura, na seara dos profissionais da área da saúde, visto que o processo de cura de determinadas doenças somente se torna possível através de um trabalho em conjunto, permite que não haja uma desvinculação e fragilização do *habitus*, considerado sagrado, simbólico e significante para os sujeitos de direitos dessa sociedade, os chamados cidadãos moçambicanos.

Neste sentido, poderíamos refletir, por um lado, até que ponto apenas os imperativos culturais, tradições e costumes teriam impacto na propagação do HIV-SIDA. Por outro, percebe-se que esse modelo se repete em vários países, tanto do mundo desenvolvido, como por exemplo, América do Norte, onde a tecnologia e acesso a informações seja um tanto ampla, como em países onde a pobreza possui uma série de faces, no caso, Moçambique. E neste, combater essa pandemia, seria combater a fome, o analfabetismo e o que mais?

Entendemos que a questão cultural é extremamente forte, uma vez que está relacionada à mentalidade de um povo ou de um grupo, embora em outros tempos históricos, combater a peste na Europa medieval e moderna, por exemplo, foi necessário mudar a mentalidade, de forma a adquirir

métodos de higiene até então pouco usados. E isso envolve também uma mudança cultural.

Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, S. (1993). **Ventura da Prece**. Paris, 1861. In: KARDEC, A. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita.

BOSI, Ecléa. (1994). **Memória e sociedade**. História de velhos. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras.

BOURDIEU, P. (1989). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.

CASSIRER, E. (1987). **Antropologia Filosófica**. São Paulo: Mestre Jon.

CASTELLS, M. (1999). **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra – (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 02).

CHAUI, M. (1994). **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática.

BRASIL. EMBRAPA. (2004). **Moçambique**: um país de contrastes. Disponível em <http://www.embrapa.br>. Acesso em 19.02.2008.

GIDDENS, A. (1991). **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP.

_____. (2002). **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GIORDANI, M. C. (1985). **História da África anterior aos descobrimentos – Idade Moderna I**. 4ed. Petrópolis: Vozes.

GONÇALVES, P. (2000). **História da língua portuguesa em Moçambique**. Disponível em: <http://www.institutocamoes.pt>. Acesso em 17.05.2008.

IANNI, O. (1996) **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MACKENZIE, C. (2006). **A administração da floresta na Zambésia**: um take-away chinês. Disponível em: www.open.ac.uk. Acesso em: 05 de jun. 2008.

N'WETI. (2005). “**HIV SIDA. Saiba Mais... Viva Mais**”. Moçambique: DFID,.

PASSADOR, L. H.; THOMAZ, O. R. (2006). **Raça, Sexualidade e doença em Moçambique**. Revista Estudos feministas, jan/abr; 2006. Vol. 14, n 001. Universidade federal de Santa Catarina. p. 263-286.

Autoras:

Profª. Ms. Claudia Silvana da Costa

Contato:

Profª. Dra. Maria José Bueno Casseb

Contato:

Como citar este artigo:

COSTA, Claudia Silvana da e CASSEB, Maria José Bueno. **Modernidade X tradição, a questão dos rituais no processo de cura em Moçambique – ensaio**. Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 4, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro 2009.

Recebido em janeiro de 2009./ Aprovado em fevereiro de 2009.